



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 34/XII/ 1.^a SL

Aos 7 dias do mês de fevereiro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das Atas n.ºs 31, 32 e 33/XII/1.^a SL;**
- 2. Distribuição da "Conta Geral do Estado 2010";**
- 3. Apreciação e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 146/XII/1.^a (PSD e CDS-PP) - Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência) – Relatora: Deputada Rosa Albernaz (PS);**
- 4. Debate sobre o Dia da Defesa Nacional;**
- 5. Outros assuntos.**

1. Aprovação das Atas n.ºs 31, 32 e 33/XII/1.^a SL;

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, colocou à votação as atas n.ºs 31, 32 e 33/XII/1.^a, relativas às reuniões havidas nos dias 24, 25 e 31 de janeiro, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE.

2. Distribuição da “Conta Geral do Estado 2010”;

Foi nomeada para elaborar o parecer sobre a Conta Geral do Estado 2010, na parte relativa à defesa nacional, a Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD).

3. Apreciação e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 146/XII/1.^a (PSD e CDS) - Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência) – Relatora: Deputada Rosa Albernaz (PS);

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Rosa Albernaz (PS) para apresentar o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 146/XII/1.^a (PSD e CDS) - Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro (Regime do estado de sítio e do estado



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 34/XII/ 1.ª SL

de emergência), após o que foi cumprimentada pelos Senhores Deputados Joaquim Ponte (PSD), João Rebelo (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Marcos Perestrello (PS).

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) fez ainda algumas considerações sobre a iniciativa objeto do parecer e o seu agendamento apressado para plenário, que considerou não ser compreensível, frisando que a elaboração e apreciação apressada de iniciativas legislativas compromete a sua qualidade. Por outro lado, considerou que a questão que agora se pretende resolver com o P JL em análise foi consequência da elaboração apressada da lei em vigor, mas referiu que o problema não fica resolvido, antes se criando um novo, ao consagrar uma cláusula genérica que remete para mero despacho do Governo a definição das autoridades que coordenam a execução da declaração do estado de emergência. Concluiu frisando que a solução proposta não é boa e deverá ser objeto de análise cuidada na 1.ª Comissão, visto ser essa a Comissão competente para apreciar a legislativa iniciativa em causa.

4. Debate sobre o Dia da Defesa Nacional;

O Senhor Presidente recordou que este ponto da ordem do dia fora agendado por sugestão do Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS), pelo que lhe deu de imediato a palavra.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) começou por referir ter solicitado o agendamento deste debate porque a criação do Dia da Defesa Nacional (DDN) como mecanismo de substituição do serviço militar obrigatório (SMO) foi objeto de amplo consenso no Parlamento. Recordou ter-se na altura entendido que algo deveria substituir o SMO para manter a ligação da sociedade civil, e que isso seria feito com o DDN, que visa sensibilizar os jovens para a problemática da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Também referiu que cada Ramo procura nesse dia cativar os jovens, mas defendeu que tal é diferente de considerar esse dia como de recrutamento e que, se assim fosse, poderia ser posta em causa a obrigatoriedade de participação. Considerou também que o despacho do Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre a matéria vem de alguma forma comprometer os moldes atualmente definidos para o DDN. Disse não perceber que o Senhor Ministro afaste do processo os serviços do Ministério que têm estado envolvidos na iniciativa. Considerou que a Comissão pode



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 34/XII/ 1.ª SL

contribuir para uma reflexão sobre o modelo, dentro do quadro legal existente e sugeriu a realização de uma audição com o Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar para informação sobre a forma como tem decorrido o DDN e assim se perceberem quais as perspetivas de evolução, sendo que considerou como bom ponto de partida ouvir a comissão de avaliação do DDN.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) disse concordar em parte com o Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS), não fazendo contudo a mesma interpretação do despacho do Senhor Ministro. Afirmou estar de acordo com a realização de uma audição com o Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e fez um conjunto de considerações sobre o DDN e o seu sucesso, recordando que no ano passado foi pela primeira vez obrigatório também para as mulheres, na sequência de uma iniciativa do CDS-PP sobre a matéria. Considerou que deve ser mantido como forma de atrair para recrutamento e para manter o elo entre a sociedade civil e as Forças Armadas, afirmando apoiar tudo o que vá no sentido de reforçar este dia e reúna consenso, que considerou essencial nestas matérias.

O Senhor Deputado Helder Sousa Silva (PSD) fez também algumas considerações sobre a importância e o sucesso do DDN e referiu que o seu Grupo Parlamentar se associava à proposta do Grupo Parlamentar do PS no sentido de ser ouvido o Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar. Por outro lado, entendeu ser de saudar a criação, por despacho do Senhor Ministro da Defesa, de uma equipa técnica para avaliar e encontrar novos rumos para aquela iniciativa, equipa essa que trabalhou a título *pro bono*.

Os Senhores Deputados José Lello e João Soares (PS) fizeram também algumas considerações sobre a questão, frisando a importância do DDN como forma de dar a conhecer a realidade das Forças Armadas aos jovens. O Senhor Deputado João Soares referiu-se ainda às declarações do Senhor Ministro no almoço promovido pela revista «Segurança e Defesa» sobre a sustentabilidade das Forças Armadas, que considerou desajustadas.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 34/XII/ 1.ª SL

Os Senhores Deputados Mariana Aiveca (BE) e António Filipe (PCP) mostraram-se também de acordo com a realização da audição proposta pelo Grupo Parlamentar do PS.

Havendo consenso no sentido do agendamento de uma audição com o Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar sobre o Dia da Defesa Nacional, o que tem sido e eventuais reflexões sobre o modelo atual, o Senhor Presidente informou que se iria diligenciar nesse sentido.

5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou ter contactado o Dr. Carlos Reis, Presidente da Atlânticoline, sobre o convite para estar presente numa audição na Comissão, tendo o mesmo ficado de dar uma resposta em breve.

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de fevereiro de 2012.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 34/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Arménio Santos
Carina Oliveira
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
José Lello
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Miranda Calha
Mónica Ferro
Odete João
Pedro do Ó Ramos
Rosa Maria Albernaz
Altino Bessa
António Prôa
Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Braga

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares